

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 38.548 - GO (2012/0141315-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : FLAGNER FLÁVIO GONÇALVES E OUTRO
ADVOGADO : ORLANDO DINIZ PINHEIRO E OUTRO(S) - GO021714
RECORRIDO : CORUMBÁ CONCESSÕES S/A
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : NELSON D'APARECIDA MEIRELES

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto contra acórdão assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA PASSADA EM JULGADO. TERCEIRO PREJUDICADO. ADMISSIBILIDADE. EQUÍVOCO QUANTO À INDICAÇÃO DO ATO COATOR. DEFICIÊNCIA PROBATÓRIA. ALEGAÇÕES INCONSISTENTES E NÃO DEMONSTRADAS. 1 - Tem legitimidade para propor mandado de segurança contra sentença passado em julgado, o terceiro prejudicado que não integrou a relação processual originária, uma vez que a eficácia da coisa julgada que ali se operou não lhe alcança. 2 - Verificado que a alegada afronta ao direito dos impetrantes decorreria de atos outros que não o ato coator indicado na inicial, improcede o pedido de nulificação deste. 3 - Improcede a alegação de cerceamento ao exercício do direito de defesa feita pelos impetrantes quando eles sequer formularam pedido de habilitação no feito possessório em que o ato acoimado coator foi praticado. 4 - O ajuizamento de ação judicial constitui ato discricionário e potestativo de quem se acha titular de um direito afrontado, de modo que a sua abstenção não pode ser atribuído à autoridade coatora (Juiza de Direito). SEGURANÇA DENEGADA.

Alegou, em breve síntese, a nulidade da sentença proferida nos autos do processo de reintegração de posse, ajuizada por Corumbá Concessões S/A em desfavor de Nelson D'Aperecida Meireles, tendo em vista que a autoridade coatora não determinou à parte autora da ação a emenda à inicial para incluir os impetrantes no polo passivo da demanda, haja vista serem coproprietários do imóvel objeto da reintegração.

O Ministério Público Federal, em seu parecer, opinou pela desnecessidade de sua intervenção.

Superior Tribunal de Justiça

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar a possibilidade de impetração do presente mandado de segurança, em virtude da mitigação da Súmula nº 268, do STF. Como destacado pelo acórdão recorrido, os terceiros que não fizeram parte do processo não se encontram vinculados aos limites subjetivos da coisa julgada, incidindo-se à espécie a Súmula nº 202, deste Tribunal, que possibilita a impetração de mandado de segurança por terceiros prejudicados. Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO JUDICIAL. POR TERCEIRO PREJUDICADO, QUE NÃO PARTICIPOU E NEM TEVE ACESSO AO PROCESSO. SÚMULA 202/STJ.

1. O terceiro prejudicado, não sujeito aos vínculos da coisa julgada, está legitimado a defender seus interesses por ação própria, inclusive por mandado de segurança, independentemente da interposição de recurso. Aplicação da Súmula 202/STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no RMS 32.311/MG, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4/10/2011, DJe 10/10/2011)

Ultrapassada essa questão, assinalo que o mandado de segurança é o remédio constitucional adequado para resguardar a existência de direito líquido e certo, quando não amparados por habeas corpus ou habeas data, nos termos do art. 5º, LXIX, da Constituição Federal, não sendo a ferramenta adequada para impugnar eventual equívoco ou injustiça de decisão judicial, a qual possui sistemática própria de correção no ordenamento jurídico pátrio.

Nesse contexto, assevero que o ora recorrente não logrou êxito em comprovar, por intermédio de prova pré-constituída, que o ato judicial impugnado seja abusivo, ilegal ou teratológico, de forma a causar-lhe dano grave ou de difícil reparação.

Confirmam trecho pertinente do acórdão recorrido (fls. 138/141 e-STJ):

“Alega-se na inicial que o objeto deste mandamus não é a "discussão quanto a eventuais direitos a permanência indefinida na área ou possível indenização pela ocupação de boa-fé, mas tão somente a chance de os impetrantes exercerem os direitos de defesa, em ação própria, dentro dos preceitos do 'Due process of law' (fl. 05, terceiro parágrafo, grifos originais).

Consta mais, que "a MM Juíza (...) achou por bem impedir o ingresso dos mesmos no polo passivo da demanda, o que lhes causou a falta de defesa de seus direitos (fl. 05, penúltimo parágrafo).

Todavia, na sentença declinada como ato coator, a Juíza da causa informa que foi proferida, às fls. 223/225, dos autos da ação possessória, "decisão saneadora (...) afastando as preliminares arguidas pelo requerido" (fl. 24, terceiro parágrafo), dentre as quais a denunciação da lide, conforme se vê à fl. 23, penúltimo parágrafo.

Não fosse isso suficiente, consta ainda do relatório da sentença que o pedido de denunciação foi reiterado por ocasião da segunda audiência de conciliação (fl. 24 último parágrafo) e foi indeferido, segundo decisão de fl. 376, dos autos originários (fl. 25, primeiro parágrafo).

Do cotejo desses fatos, extraem-se duas situações de grande relevância para este feito mandamental.

A primeira é de que houve manifesto equívoco quanto à indicação do ato coator, que não poderia ser a sentença exarada no feito possessório - que nem mesmo tratou da suposta posse dos impetrantes em relação à área objeto daquela ação -, mas as duas decisões antes mencionadas, pois foi ali que, segundo a narrativa constante da inicial, teria se dado o cerceamento ao direito de defesa dos impetrantes.

A segunda ilação extraída por esse mesmo raciocínio é o de que os autos ressentem-se da ausência das decisões aludidas na sentença, nas quais a autoridade acoimada coatora indeferiu os pedidos de denunciação à lide feito no uso da possessória.

De fato, uma vez que ali se encontram os fundamentos por invocados pela autoridade coatora para desacolher a denunciação, sobressai, de forma límpida, que as cópias das aludidas decisões se postam como imprescindíveis no caso em tela, eis que essenciais à demonstração de que a autoridade impetrada teria impedido, de forma deliberadamente abusiva ou irrita, o ingresso dos impetrantes no feito possessório, impedindo-os de se defenderem. Logo, também é clamorosa a deficiência instrutória deste writ.

Registre-se, ainda, agora com arrimo nas informações prestadas pela autoridade coatora, que a posse discutida nos autos originários está em área de preservação permanente e lá não há "qualquer documento que comprove que os impetrantes são os responsáveis por tais construções" (fl. 51, parágrafos terceiro e

quarto), o que levanta fundada dúvida quanto ao fato de haver posse dos impetrantes e dela se estender sobre a área objeto da ação possessória, situação que demandaria dilação probatória para ser esclarecida, medida inviável no rito mandamental.

Por fim, é de se ter ainda em mente que a alegação de que a autoridade coatora tolheu "chance de os impetrantes exercerem os direitos de defesa em ação própria, dentro dos preceitos do Due process of law" é flagrantemente inconsistente, eis que a documentação que instrui a petição inicial não dá notícia de qualquer pedido de habilitação dos impetrantes no feito possessório, muito menos que tenha sido indeferido pela autoridade coatora.

Ademais, o ajuizamento de "ação própria", na qual os impetrantes terão "chance de exercerem os direitos de defesa, dentro dos preceitos do Due process of law", independe de qualquer conduta da autoridade coatora, eis que a propositura de uma ação, por mais infundada que seja, é ato discricionário e potestativo de quem se acha titular de algum direito, ou seja, decorre unicamente da vontade dele próprio. ”

Com efeito, verifico que o Tribunal de origem consignou expressamente que, além de o presente mandado ter sido instruído de forma deficiente, pois não juntado corretamente o ato apontado como coator, não ficou comprovada a existência de posse dos recorrentes na área de preservação ambiental, cuja análise dependeria de dilação probatória.

Ainda, consta que sequer houve pedido de ingresso da parte ora recorrente, de modo que acatar entendimento diverso implicaria, necessariamente, o reexame da matéria fática, o que é vedado na via do mandado de segurança.

Assim se manifesta a jurisprudência consolidada do STJ:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO JUDICIAL QUE AFASTA A COMPETÊNCIA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA. RECURSO CABÍVEL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DÚVIDA RAZOÁVEL. CABIMENTO DO MANDAMUS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. INEXISTÊNCIA. INVIABILIDADE DO MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO NÃO PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. A doutrina e a jurisprudência majoritárias admitem o manejo do mandado de segurança contra ato judicial, pelo menos em relação às seguintes hipóteses excepcionais: a) decisão judicial teratológica; b) decisão judicial contra a qual não caiba recurso; c) para imprimir efeito suspensivo a recurso desprovido de tal efeito; e d) quando impetrado por terceiro prejudicado por decisão judicial.

2. No caso em apreço, o mandado de segurança foi impetrado contra ato judicial que afastou a competência das Varas de Fazenda Pública para processar e julgar a ação de usucapião, por entender não ter sido comprovado que o imóvel situa-se em área de terras públicas a ensejar interesse do Estado. Assim, diante da existência de dúvida razoável sobre o cabimento de agravo de instrumento, na vigência do Código de Processo Civil de 2015, contra decisão interlocutória que examina competência - considerando a existência de entendimentos divergentes no âmbito desta Corte de Justiça e da afetação de recurso especial representativo de controvérsia para discussão desse tema -, entende-se adequada a impetração do mandamus.

3. O mandado de segurança visa proteger direito líquido e certo ameaçado ou violado por ato ilegal ou abusivo de autoridade, o qual deve ser demonstrado, de plano, pelo impetrante, na petição inicial, por meio da juntada de documentos inequívocos - a chamada prova pré-constituída -, inexistindo, pois, espaço, na via mandamental, para dilação probatória.

4. Na hipótese, é forçoso reconhecer a inexistência de comprovação pelo impetrante do alegado direito líquido e certo. Isso, porque, com a inicial do mandamus, não junta nenhum documento que demonstre a alegação trazida, quanto à natureza pública da área discutida na ação de usucapião, a ensejar a competência da Vara de Fazenda Pública para processar e julgar a aludida ação. Argumenta, outrossim, a existência de ação discriminatória, porém não traz aos autos nenhuma informação que corrobore sua afirmação. Além disso, salienta o impetrante, na petição do presente recurso ordinário, que a referida ação discriminatória foi supervenientemente sentenciada, com o reconhecimento de que o imóvel usucapiendo encontra-se inserido em área devoluta. Contudo, também não traz aos autos elementos que confirmem o alegado. Desse modo, diante da ausência de prova pré-constituída, não está demonstrado o direito líquido e certo alegado pelo impetrante para o deslocamento da competência para a Vara de Fazenda Pública.

5. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(RMS 58.578/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 25/10/2018)

AGRAVO INTERNO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. SÚMULA N. 267/STF. ATO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA E ILEGALIDADE. FUNDAMENTOS NÃO INFIRMADOS. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS

1. O mandado de segurança somente é cabível quando plenamente aferível o direito líquido e certo no momento da impetração, cuja existência e delimitação são comprovadas de plano, sem a necessidade de dilação probatória

2. É inadmissível o procedimento mandamental se o impetrante não comprova que o ato judicial reveste-se de teratologia ou de flagrante ilegalidade nem demonstra a ocorrência de abuso de poder pelo órgão prolator da decisão impugnada.

3. "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição" - Súmula n. 267 do STF.

4. Se a parte agravante não apresenta argumentos hábeis a infirmar os fundamentos da decisão regimentalmente agravada, o julgado deve ser mantido por seus próprios fundamentos.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no RMS 50.562/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso ordinário.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora